

Relatório de Atividades

Receita Estadual

2022

*Construindo uma
administração
tributária digital*

RECEITA
20
30



GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS
NA FAZENDA



Governador do Estado

Eduardo Leite

Secretário da Fazenda

Leonardo Maranhão Busatto

Secretário Adjunto da Fazenda

Carlos Mario Lima de Souza

Subsecretário da Receita Estadual

Ricardo Neves Pereira

Subsecretários Adjuntos da Receita Estadual

Edson André Moura

Eduardo Jaeger

Ilson Fleck

Luís Fernando Flores Crivelaro

Quem somos?

A Receita Estadual do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Complementar nº 13.452, de 26 de abril de 2010, é uma instituição de caráter permanente, essencial ao funcionamento do Estado, órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, responsável pela administração tributária estadual.

Propósito

Prestar serviço público de qualidade, buscando os recursos que viabilizem o bem-estar da sociedade gaúcha.

Missão

Prover os recursos necessários ao Estado, com transparência e justiça fiscal, em benefício da sociedade e do ambiente de negócios.

Visão

Ser uma instituição de excelência em administração tributária na era digital.

Valores

Pessoas - Transparência - Justiça - Integridade - Inovação - Qualidade



Sobre o Relatório

Sobre o Relatório

Caro leitor,

O Relatório de Atividades reafirma o compromisso da Receita Estadual do Rio Grande do Sul com a **transparência** e respeita a **previsão legal estabelecida na Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT)** - Lei nº13.452/2010.

Aqui apresentamos anualmente à sociedade as nossas **principais realizações, resultados, projetos e estratégias para seguir cumprindo o nosso propósito** de prestar um serviço público de qualidade, buscando os recursos que viabilizem o bem-estar da sociedade gaúcha. **O conteúdo apresentado considera os resultados e os fatos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022.**

Visando contribuir para a **sustentabilidade e o racionamento dos recursos públicos**, a divulgação desta publicação é apenas **digital**. Utilize os **botões do menu à esquerda** para **navegar entre os capítulos** e conferir principais destaques da Receita Estadual em cada tema selecionado.

Boa leitura!

Saiba mais sobre a
Receita Estadual

@Sefaz-RS



@SefazRS



@Sefaz_RS



receita.fazenda.rs.gov.br



1 Sobre o
Relatório

2 Mensagem do
Subsecretário

3 Receita 2030 e
Gestão Estratégica

4 Pessoas e
Tecnologia

5 Tributação e
Arrecadação

6 Fiscalização
Tributária

7 Contencioso
e Normativo

8 Cobrança
de Devedores

9 Relacionamento
com os Públicos

10 Visão
de Futuro



Mensagem do Subsecretário



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Mensagem do Subsecretário

Graças à **competência e ao comprometimento das equipes e à adoção de práticas modernas de gestão**, a Receita Estadual obteve **resultados expressivos em 2022**, colhendo frutos do **amplo processo de modernização e de mudança cultural**, intensificado desde 2019 com o **Receita 2030**.

Tendo como focos a simplificação extrema das obrigações e a transformação digital, de forma a melhorar o ambiente de negócios e proporcionar desenvolvimento econômico, o **Receita 2030 seguiu avançando**. Nesse sentido, o conjunto de ações, assim como os **recordes na arrecadação do IPVA e do ITCD**, foi determinante para **mitigar os impactos da redução das alíquotas do ICMS na arrecadação**, bem como para o enfrentamento dos **desafios no ambiente econômico, político e jurídico**.

Uma das grandes conquistas de 2022 foi a **implementação do Conselho de Boas Práticas Tributárias**, estabelecendo um novo patamar de relacionamento proativo e permanente com os contribuintes. Também ganhou destaque o foco em promover o desenvolvimento econômico do Estado, como por exemplo com a **retirada de diversos grupos de mercadorias da sistemática da Substituição Tributária** (atendendo a pleitos dos setores econômicos) e o **lançamento do**

Programa Desenvolve RS, que também visa ampliar o diálogo.

Na fiscalização, as **ações de regularização recuperaram R\$ 284 milhões em 2022**, oportunizando que os contribuintes regularizem a situação antes do início da ação fiscal, sem descuidar dos casos de sonegação e fraude. Nos processos fiscais, destaque para a **queda de 35% no prazo médio de julgamento dos processos do contencioso**. Já na recuperação de créditos, o foco foi **consolidar o novo modelo de cobrança especializada**, sendo que foram recuperados R\$ 2,6 bilhões aos cofres públicos ao longo do ano.

No relacionamento com os contribuintes, obtivemos **avanços na digitalização dos serviços prestados**, com foco em melhorar a experiência dos usuários, como por exemplo com o **novo Portal de Atendimento**. No relacionamento com a sociedade e os municípios, o **Programa Nota Fiscal Gaúcha completou dez anos e bateu novos recordes**, além de quase **nove mil gaúchos sensibilizados com capacitação em temas da cidadania fiscal**.

Ênfase também nas **iniciativas de simplificação e de inovação**, reforçando o pioneirismo gaúcho em diversas áreas. Foram registrados avanços em

projetos como o **Obrigação Fiscal Única**, o **Compliance Tributário** e o **aplicativo Nota Fiscal Fácil**, além da consolidação de medidas inovadoras como o **Devolve ICMS**, que recebeu premiações ao longo do ano.

Diante de tantas realizações, completamos os quatro anos de gestão com o sentimento de missão cumprida, mas cientes de que ainda **há muito a ser feito para a entrega de uma Receita Digital**. Para o próximo ciclo, será fundamental seguir evoluindo na **integração das áreas** e no **alinhamento dos processos às melhores práticas internacionais**, com foco em **gerar valor público para a sociedade gaúcha**. Nesse sentido, uma das principais apostas é o **uso intensivo de dados** para planejamento tributário e tomada de decisão, sobretudo através do **Programa Receita Orientada a Dados (ROD)**, que já está em andamento com recursos do **Profisco II**.



Ricardo Neves Pereira

Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Subsecretário da Receita Estadual



Receita 2030 e Gestão Estratégica



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Agenda Receita 2030

A agenda Receita 2030 consiste em 30 iniciativas propostas pela Receita Estadual para modernizar a administração tributária gaúcha ao longo dos próximos anos.

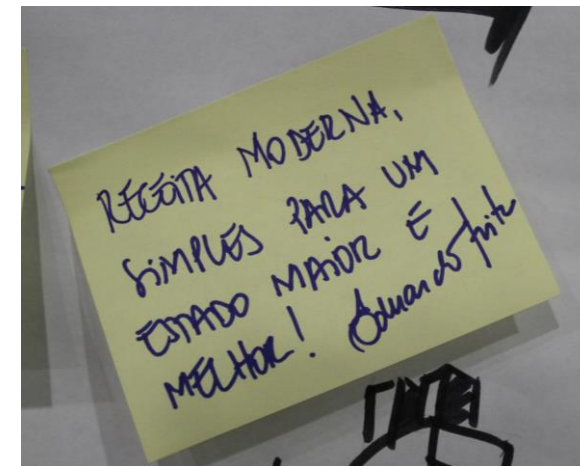
O conjunto de medidas foi lançado no dia 10 de junho de 2019, em evento que contou com a participação do governador do Estado, Eduardo Leite, no Tecnopuc.

Os principais focos da agenda propositiva são promover a **transformação digital do fisco**, a **simplificação extrema das obrigações dos contribuintes**, a **melhoria do ambiente de negócios**, o **desenvolvimento econômico** e a **otimização das receitas estaduais**, em um novo cenário de **cooperação entre os agentes**.

Também são objetivos a orientação ao cliente (ou seja, contribuinte), a prestação de serviços com excelência, a transparência, a especialização, a centralização e a eficiência na gestão.



Uma dinâmica do evento convidou o governador Eduardo Leite a registrar em um post-it o que ele espera da Receita Estadual do futuro.



RECEITA 2030



MAIS Desenvolvimento MAIS Arrecadação MENOS Custo

Digital
Moderna
Eficiente
Inovadora



Cooperação



Competitividade
Simplificação
Ambiente de Negócios
Segurança Jurídica



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Balanço de 3 anos e as 30 iniciativas do Receita 2030

O **Receita 2030 completou 3 anos em junho de 2022**. Apesar do período desafiador vivenciado em razão da pandemia, **todas as 30 iniciativas já foram iniciadas**, sendo que **10 estavam concluídas**, **9 em estágio avançado**, **8 em nível intermediário** e **3 em etapa inicial**. As medidas são consideradas decisivas para a superação dos desafios da arrecadação, com reflexos positivos nas receitas estaduais, viabilizando investimentos e pagamentos em dia.

As **30 iniciativas (abaixo) estão divididas em seis eixos**, com base no Decreto nº 54.477/19. Ao longo deste relatório, confira informações sobre **avanços obtidos** nas iniciativas até o final de 2022 e também **perspectivas de futuro** sobre algumas dessas medidas.

Receita 2030 30 iniciativas



Estágio das Iniciativas



20
30





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

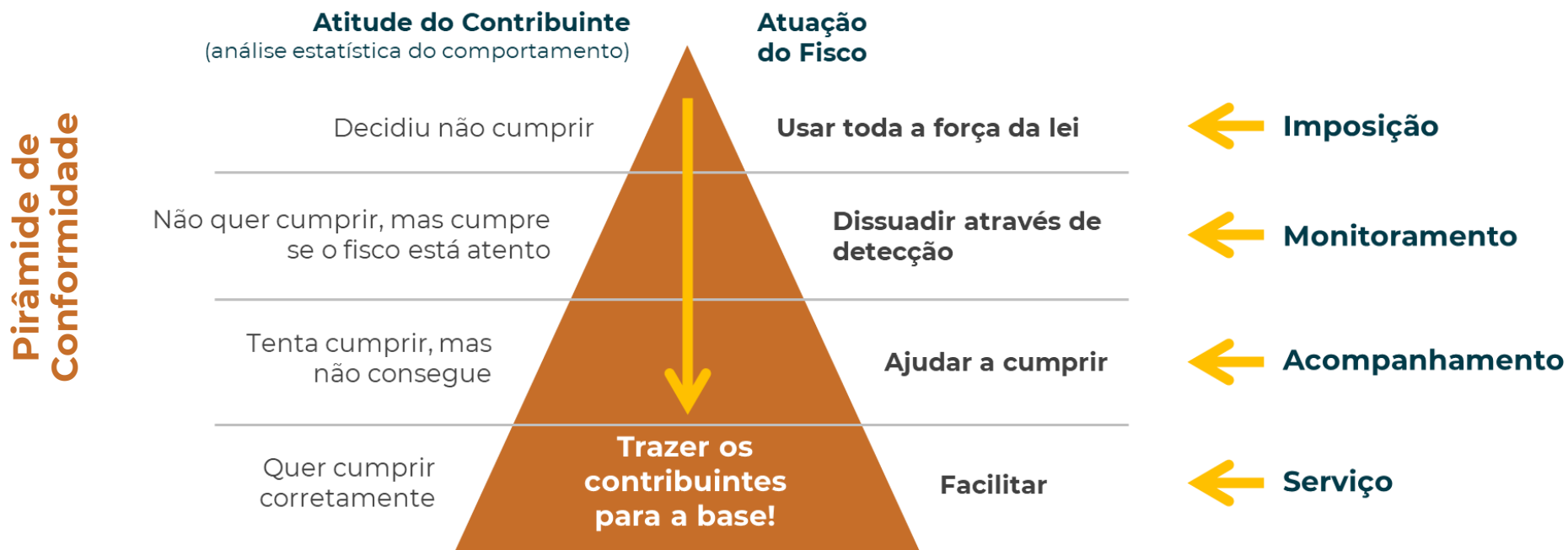
9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Ano para Consolidar o Novo Modelo e a Forma de Atuação

A nova gestão da Receita Estadual assumiu em janeiro de 2019 definindo como prioridade a **construção de uma Receita Digital**. Com o lançamento da agenda Receita 2030 em junho de 2019, foi iniciada a **implantação de um novo modelo de negócio, cuja consolidação foi uma das prioridades ao longo de 2022, com avanços significativos na forma de atuação do fisco.**

O objetivo é **estimular ao máximo o correto cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes, fortalecendo as ações de prevenção e a especialização da fiscalização por setores econômicos**, sem descuidar do combate à sonegação e a fraudes, como demonstra a **Pirâmide de Conformidade (abaixo)**. Além disso, a **centralização** e a **especialização** também são prioridades na nova sistemática de trabalho, em uma constante busca pela **eficiência** e por **soluções inovadoras** nos processos, diante de um novo cenário de **cooperação entre fisco e contribuintes**.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Planejamento Estratégico reflete modernização

A Receita Estadual é guiada por um **Planejamento Estratégico**, construído de forma colaborativa, que estabelece objetivos, iniciativas, projetos, metas e indicadores de desempenho que norteiam a atuação da Instituição.

Com o começo da nova gestão em 2019, a **Receita realizou o processo de revisão da Identidade Organizacional e do Mapa Estratégico para o período 2019-2022**. Para tanto, foram realizados **mais de 20 encontros entre equipes nas unidades de todo o Estado**. Além disso, a evolução dos objetivos estratégicos é acompanhada e revisada de maneira permanente pela gestão e equipes.

Para sua concepção, foram consideradas as **diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, pela Secretaria da Fazenda e pela gestão da Receita Estadual, sobretudo no tocante à agenda Receita 2030**, para que o mapa de fato representasse o momento de transformação digital da Instituição.

O **Mapa Estratégico da Receita Estadual 2019-2022** está construído sob a ótica de **quatro perspectivas de negócio: aprendizado e conhecimento; processos internos; resultados para a sociedade e resultados para o Estado**. Confira abaixo!



Evolução do Profisco II impulsiona construção da Receita Digital

O Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (Profisco II-RS) visa modernizar e fortalecer a gestão estadual na área fiscal, com recursos oriundos de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A assinatura da contratação de operação de crédito foi celebrada em dezembro de 2020, no valor de US\$ 60 milhões e com prazo de execução de cinco anos.

Ao longo de 2022 foram registrados avanços no desenvolvimento de diversos projetos e foram realizadas “Missões de Supervisão” para monitoramento das contratações que compõem o plano de aquisições, bem como dos desembolsos financeiros e dos marcos contratuais.

No âmbito da Receita Estadual, o foco de aplicação dos recursos é a modernização da administração tributária, com impacto direto em iniciativas do Receita 2030, por exemplo. Alguns dos destaques são: soluções de tecnologia, ciência de dados e inteligência analítica, redesenho de processos e capacitações.

PROFISCO RS

Relatório da Avaliação TADAT dá diretrizes para o futuro

Após aplicar a avaliação internacional sobre a maturidade e a qualidade dos seus processos em 2021 (metodologia Tax Administration Diagnostic Assessment Tool - TADAT, modelo de administração tributária do Fundo Monetário Internacional - FMI, apoiada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), a Receita Estadual focou, ao longo de 2022, na análise do Relatório de Avaliação de Desempenho, que forneceu subsídios para a construção de um Plano de Melhorias do fisco gaúcho.

Além disso, o ano também foi marcado por uma capacitação distribuída em três módulos, com carga-horária total de 31h, que contou com a participação de quase 400 servidores da Receita Estadual (em ao menos um módulo). Os principais objetivos foram disseminar o conhecimento sobre o TADAT e preparar as equipes para as melhorias necessárias para adequação às boas práticas internacionais.

TADAT ™
TAX ADMINISTRATION DIAGNOSTIC
ASSESSMENT TOOL

4 Pessoas e Tecnologia



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Nossas Pessoas

Contar com profissionais comprometidos e capacitados é imprescindível para a execução das estratégias e para o cumprimento do propósito e da missão da Receita Estadual. Por isso, a Instituição vem **buscando implementar iniciativas que desenvolvam, capacitem e valorizem as pessoas que dela fazem parte.**

Por outro lado, para obter a máxima eficiência dos serviços prestados e o adequado desenvolvimento do Receita 2030, é fundamental que o tamanho da equipe seja adequado às necessidades. Nesse sentido, o cenário nacional e estadual, sobretudo no tocante a reformas previdenciárias, gerou um **movimento grande de aposentadorias nos últimos anos.**

Em **2021 e 2022**, conforme demonstra a tabela ao lado, graças à **nomeação dos aprovados nos concursos públicos realizados em 2018 e 2019**, houve **parcial recomposição do quadro funcional nos cargos de Auditor-Fiscal e Técnico Tributário.** Apesar disso, os números seguem abaixo do ideal previsto para as carreiras e para a execução das atividades e projetos da administração tributária.

Confira abaixo a evolução do número de profissionais por cargo no final de cada um dos últimos cinco anos (2018 - 2022)

Cargos	2018	2019	2020	2021	2022	Varição 2021/2020
Audidores-Fiscais	418	391	387	489	474	-3,1%
Técnicos Tributários	492	445	429	489	484	-1,0%
Adidos CEE	41	41	36	32	24	-25,0%
Policiais Militares	86	108	96	98	109	11,2%
Estagiários	119	144	111	115	115	0,0%
Terceirizados	247	239	201	126	134	6,3%
Extranumerários	5	4	4	0	2	
Total	1.408	1.372	1.264	1.349	1.342	-0,5%



1.342

é o número de profissionais atuando na Receita Estadual em 31 de dezembro de 2022

-0,5%

é a variação do quadro funcional no último ano



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Audidores-Fiscais

A Receita Estadual contava, em 31 de dezembro de 2022, com **474 Auditores-Fiscais em seu corpo funcional, o que representa apenas 57% do número ideal (830) previsto na Lei Orgânica da Administração Tributária (Lei Complementar nº 13.452/2010)**. Os números demonstram a importância de novas nomeações e concursos públicos.



474

Auditores-Fiscais em exercício

57%

da ocupação ideal prevista em Lei



Confira abaixo a análise do perfil dos Auditores-Fiscais

Gênero



80%
masculino



20%
feminino

Idade

21-30 anos **4%**

31-40 anos **36%**

41-50 anos **25%**

51-60 anos **25%**

61 ou+ anos **10%**

Formação (alguns servidores possuem mais de uma formação)

Engenharia **28%**

Administração **19%**

Direito **18%**

Contabilidade **17%**

Economia **6%**

Outros **11%**



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Técnicos Tributários

Em relação aos Técnicos Tributários, **484 profissionais do cargo integravam o quadro funcional da Receita Estadual em 31 de dezembro de 2022. O número representa apenas 37% do previsto (1.300) para a carreira.** Os números demonstram a importância de novas nomeações e concursos públicos.



484

Técnicos Tributários em exercício

37%

da ocupação ideal prevista em Lei



Confira abaixo a análise do perfil dos Técnicos Tributários

Gênero



67%
masculino



33%
feminino

Idade

21-30 anos **3%**

31-40 anos **19%**

41-50 anos **19%**

51-60 anos **50%**

61 ou+ anos **9%**

Formação (alguns servidores possuem mais de uma formação)

Contabilidade **21%**

Direito **18%**

Administração **16%**

Engenharia **11%**

Economia **5%**

Outros **29%**



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Capacitação e Desenvolvimento

Alinhada ao objetivo estratégico de buscar constante comprometimento e realização das pessoas, a **Receita Estadual seguiu intensificando as ações de capacitação em 2022.**

Ao longo do ano, **677 servidores foram capacitados** (+11% frente a 2021), **somando 39,6 mil horas cursadas** (-30% frente a 2021). Desse total, 92% esteve relacionado a conteúdos técnicos, 4% a conteúdos comportamentais e 4% a conteúdos mistos. Além disso, 67% das horas foram cursadas na modalidade EAD e 33% na modalidade presencial.

As ações de capacitação visam à **propagação do conhecimento do quadro funcional**, desenvolvendo cada vez mais a **qualidade e a excelência na aplicação de suas respectivas funções e, por consequência, nos serviços prestados à sociedade gaúcha.**



677 servidores capacitados



39,6 mil horas cursadas

Ao longo do período, foram realizados eventos com dinâmicas variadas, como por exemplo cursos, seminários, workshops e participação em congressos

Principais Cursos

Cursos sobre Python, Power BI, IBM Cognos e Big Data
Inferência Estatística Aplicada a Avaliação de Imóveis
Curso Prático Planejamento Tributário ICMS: Combate a Evasão e Elusão fiscal
Curso Prático de Classificação Fiscal de Mercadoria
Auditeweb
SQL para Análise de Dados
Direito de Família e das Sucessões (ITCD)
70º ENCAT
Workshop Storytalks
Curso sobre a Metodologia TADAT
Workshop Receita Orientada a Dados
Workshop Reforços para uma Receita Digital
Palestra sobre Temas Jurídicos Discutidos pela COTEPE
Programa Formação Novos Servidores (Auditores-Fiscais e Técnicos Tributários)
IX Congresso de Direito Tributário - Questões Polêmicas



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Ao longo de 2022, foram

empossados 25 Auditores-Fiscais e 27 Técnicos Tributários na Receita Estadual,

recompondo parcialmente as perdas de pessoal. Esses servidores passaram por um amplo curso de formação e treinamento.



Outros Destaques e Realizações na área de Pessoas em 2022



O ano também foi marcado pela **consolidação do uso de tecnologias e do modelo de trabalho remoto,**

com resultados expressivos e ganho de produtividade em diversos casos.

Após a reestruturação administrativa entre 2019 e 2021 (com o fechamento de mais de 30 unidades no Estado), em 2022 foi

consolidada a nova forma de atuação da Receita Estadual,

com um

novo perfil para as Delegacias localizadas no interior,

com atividades regionais, centralizadas e especializadas a nível estadual.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

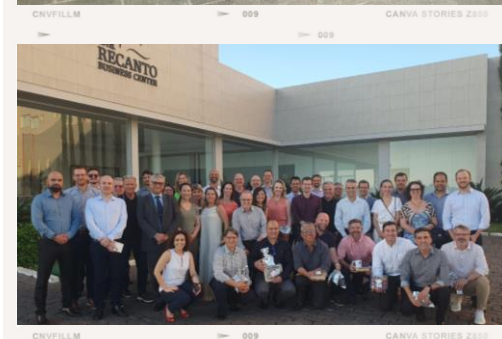
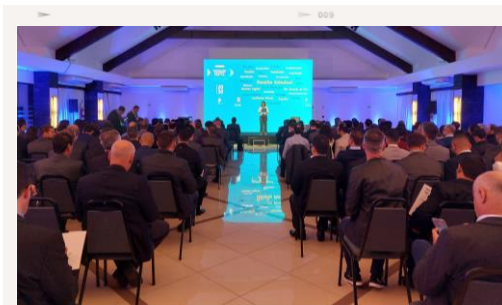
7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Exemplos Práticos de Capacitação em 2022



Workshop Reforços para uma Receita Digital

Realizado em maio, em Gramado, integrou servidores recentemente empossados e disseminou o conhecimento entre as equipes, visando ao alinhamento em torno da agenda Receita 2030 e da construção da Receita Digital.

70° Encat

Ocorrido em julho, em Bento Gonçalves, promoveu a troca de experiências entre mais de 100 representantes dos fiscos estaduais, com foco no aperfeiçoamento de soluções tecnológicas e de métodos de fiscalização e de arrecadação.

Workshop Receita Orientada a Dados (ROD)

Realizado em outubro, engajou equipes e promoveu o ROD como caminho para a transformação digital da Receita. Com recursos do Profisco II, o foco é proporcionar tomadas de decisão mais assertivas e atender necessidades reais das áreas de negócio.

Encontro de Gestores Receita 2030

Mais de 40 gestores participaram do evento em dezembro, que teve como objetivo promover a integração e o debate sobre os avanços e desafios dos últimos anos, bem como alinhar a visão de futuro da Instituição.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Tecnologia e Documentos Fiscais Eletrônicos

A tecnologia permeia todos os processos de trabalho da Receita Estadual, sendo um pilar determinante para as realizações apresentadas neste relatório e para a implementação da grande maioria das ações da agenda Receita 2030.

O investimento em tecnologia é uma prática constante na instituição, que também busca, por meio da inovação, **reforçar seu pioneirismo na área**, tendo, por exemplo, **processado no Rio Grande do Sul a primeira Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) do Brasil**. Tal inovação representa um marco para o País, pois reduziu custos e facilitou significativamente os negócios e o funcionamento geral da economia.

Após a **NF-e**, seguindo a tendência de substituição do papel pelo meio eletrônico, também foram implantados pela Receita Estadual o **CT-e** (Conhecimento de Transporte Eletrônico), em 2010, e o **MDF-e** (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais), em 2012. A expansão para o varejo, por meio da **NFC-e** (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica), em 2013, foi consequência desse processo irreversível de uso das novas tecnologias.

Em 2017, também foi lançado o **BP-e** (Bilhete de Passagem Eletrônico), um documento de existência apenas digital que visa documentar as prestações de serviço de transporte de passageiros. Em 2019, foi criada a **NF3-e** (Nota Fiscal da Energia Elétrica Eletrônica), que visa substituir a sistemática de emissão da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica. Um dos avanços mais recentes, em parceria com a Procergs e sob a coordenação técnica do ENCAT, foi a criação do **aplicativo Nota Fiscal Fácil (NFF)**.

Expansão dos Documentos Fiscais Eletrônicos





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Criada para massificar o uso de Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-e) no Brasil, a Sefaz Virtual RS (SVRS) é uma estrutura que integra e presta

serviços de processamento e autorização dos DF-e a 22 estados brasileiros,

com autorização em tempo real pela Procergs. Já são

mais de 65 bilhões de DF-e processados desde sua criação,

sendo que a média atual é superior a 30 milhões por dia e 12 bilhões por ano. O maior volume é representado pela Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).



Outros Destaques e Realizações na área de Documentos Fiscais Eletrônicos



Em fevereiro de 2022, a Receita **autorizou a emissão da 1ª Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica (NF3e),**

documento eletrônico, de existência apenas digital, que surgiu para acobertar as operações relacionadas a energia elétrica. Essa implantação do novo modelo nacional simplifica as obrigações acessórias dos contribuintes e permite, ao mesmo tempo, o acompanhamento da emissão em tempo real pelo fisco.

Em dezembro, foi lançado, no [Portal da Difal](#), o **novo módulo para apuração e emissão de guias para pagamento da Difal.**

A medida faz parte do processo de aprimoramento constante das funcionalidades disponibilizadas e visa facilitar o cumprimento das obrigações principais e acessórias por parte dos contribuintes.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Exemplos Práticos de Simplificação com Evolução em 2022

Aplicativo Nota Fiscal Fácil lança dois novos módulos



Em 2022, foram lançados dois novos módulos no App Nota Fiscal Fácil (NFF): um para **produtores rurais da cadeia de Frutas, Legumes e Verduras** e o outro para **varejistas optantes pelo Simples Nacional em operações de revenda de produtos adquiridos de terceiros**. O NFF visa simplificar ao máximo a emissão de documentos fiscais eletrônicos no Brasil, com foco especial nos pequenos empreendedores, reduzindo burocracias e deixando as complexidades para um sistema centralizado gerido pelo fisco.

Compliance Tributário: êxito na primeira verificação



Em setembro, a **primeira Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e) passou pelo processo de verificação de conformidade fiscal com êxito**. A Companhia Zaffari foi a primeira empresa e teve conformidade em todos os itens da NFC-e, no ambiente de homologação de empresas, na fase piloto do projeto do *Compliance Tributário*.

A conquista foi resultado de uma caminhada consistente, que envolveu a **apresentação da solução aos parceiros da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) e a publicação, em junho, da Instrução Normativa RE Nº 049/22** (incluiu oito estabelecimentos do setor no projeto piloto e possibilitou a celebração de Termo de Conformidade Tributária, com posterior verificação de conformidade da NFC-e).

Obrigação Fiscal Única

Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões de trabalho e registrados avanços na iniciativa que visa **estabelecer a emissão do Documento Fiscal Eletrônico como única obrigação do contribuinte**, ficando o fisco responsável pelas demais ações.

A construção de uma Receita Orientada a Dados já é realidade!



O Receita Orientada a Dados (ROD) é um dos principais projetos do Profisco II e uma das prioridades do Receita 2030. O objetivo é **modernizar a infraestrutura de armazenamento e processamento de dados da Receita, além de desenvolver e implantar soluções analíticas de aprendizado de máquinas.**

Com isso, espera-se que a Instituição atinja **outro patamar de qualidade de tratamento, análise e aplicação do enorme volume de dados** que dispõe e que cresce diariamente, robustecendo o **suporte à tomada de decisões, com previsões e analisadores muito mais eficientes e acurados.**

Durante o ano, **o tripé de ferramentas disponíveis para o desenvolvimento do ROD foi consolidado.** A contratação do Consórcio Vert Service como consultoria veio se somar à atualização do Greenplum e à compra do Hadoop Cloudera, fechando a estrutura para desenvolver o projeto que **qualificará as áreas de ciência de dados para o atendimento transversal a todas as áreas da Receita Estadual, estruturando os processos de trabalho em torno da inteligência analítica e gerando mais eficiência e produtividade.**

BIG Data e Business Intelligence

A Receita também seguiu investindo em ações relacionadas à inteligência de negócios por meio do Receita Business Intelligence (Receita BI). Foram criadas novas funcionalidades, bases de dados e formas de interface com os usuários, além de treinamentos e palestras para capacitar as equipes, com foco na análise de informações. Um exemplo foi a palestra Mineração de Texto de Notas Fiscais Eletrônicas: um enfoque em classificação e quantificação, da chefe da Divisão de Estudos Econômico-Tributários da Receita Estadual, Letícia Lagemann.

5

Tributação e Arrecadação



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Cenário Econômico

O ano de 2022 seguiu com um **cenário econômico desafiador**. No Brasil, conforme o IBGE, o **PIB para o ano de 2022 foi de +2,9%**. Já o **PIB gaúcho apurou queda de 4,2% no acumulado de quatro trimestres terminando no 3º trimestre de 2022** (dados disponíveis quando da publicação deste Relatório).

Concomitante à análise econômica através do PIB, a **Receita Estadual elabora indicadores próprios, denominados Indicadores de Desempenho Econômico do Estado do Rio Grande do Sul (IDEE-RS)**, que mensuram a performance agregada das atividades econômicas da indústria, do comércio atacadista, parte do varejista e do setor de serviços dos contribuintes sujeitos ao campo de incidência do ICMS, incluindo operações e prestações desoneradas.

Atualizados mensalmente, com disponibilização no [Portal Receita Dados](#), os IDEE-RS abrangem uma série histórica a partir de janeiro de 2018, dando **mais agilidade na análise econômica, sobretudo na questão do ICMS, impossível de se obter através do PIB.**

Como a base do imposto é ampla, **os IDEE-RS são indicadores de desempenho abrangentes da atividade econômica do RS, espelhando o universo de atividades do ICMS de maneira mais certa e atualizada do que outros índices apurados por instituições públicas e privadas.** Contudo, por não contemplarem todos os setores econômicos e não sofrerem ajustes ou ponderações, não devem ser utilizados como prévia do PIB ou VAF, tendo como característica principal indicar tendências de crescimento ou queda da atividade econômica, mas não medir o tamanho delas.

Principais Resultados IDEE-RS

IDEE-RS por Tipo	Variação Real 2022/2021
IDEE - Compras	1,35%
IDEE - Vendas	6,17%
IDEE - Valor Adicionado	7,61%
IDEE - Corrente de Comércio	4,50%
IDEE - Investimentos	10,76%

IDEE-RS por Setor	Compras Variação Real 2022/2021	Vendas Variação Real 2022/2021
Atacado	0,20%	5,34%
Indústria	-0,84%	7,37%
Varejo	7,29%	5,89%
Total	1,35%	6,17%

*O setor de serviços não é analisado, pois os serviços tributados pelo ICMS com informações na GIA têm pouca representatividade no total, com uma participação em torno de 2%.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

A Receita vem adotando uma **postura proativa na busca por soluções e alternativas capazes de promover o desenvolvimento econômico do RS,**

reforçando o assessoramento na política tributária e qualificando as análises dos setores da economia, de forma a enfrentar os desafios do ambiente econômico, político e jurídico instável.



Foco no Desenvolvimento Econômico

A Receita avançou na **implementação da política de Fruição Condicionada, uma inovadora forma de concessão de incentivos fiscais.**

As mudanças vigoraram a partir de janeiro de 2022, com implementação gradual (3 anos de transição). A novidade tem como base a aplicação do Fator de Ajuste de Fruição (FAF), que visa estimular a aquisição de insumos e de bens de capital ofertados no RS ou importados diretamente pelo Estado, de forma a fortalecer a economia local.



Após estudos e um processo de revisão criteriosa, atendendo a pleitos dos setores econômicos, em 2022 ocorreu a

retirada de diversos grupos de mercadorias da sistemática da Substituição Tributária,

visando também estimular o desenvolvimento econômico e simplificar as obrigações tributárias. Alguns exemplos de setores foram: pneumáticos de bicicletas, aparelhos celulares, produtos eletrônicos, artefatos de uso doméstico, ferramentas, artigos de papelaria, materiais elétricos, máquinas e aparelhos mecânicos, lâmpadas elétricas, diodos e aparelhos de iluminação, água mineral, produtos alimentícios e materiais de limpeza.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Desenvolve RS: Informação é competitividade!

Lançado em 2022, o **Programa Desenvolve RS** está apoiado no conceito basilar da **transparência**, de modo que os dados coletados a partir dos Documentos Fiscais Eletrônicos gerados pelos contribuintes passam a retornar à sociedade na forma de informação objetiva, completa e relevante.

Na prática, os **objetivos principais** são:

- 1) **Ampliar o diálogo** entre o fisco, os setores produtivos e a sociedade como um todo;
- 2) **Subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas**, em especial as tributárias, de modo proativo;
- 3) **Oferecer informações relevantes** sobre o comportamento econômico e tributário dos setores econômicos no Rio Grande do Sul para qualificar as estratégias e ações de distintos atores da iniciativa privada.

O Desenvolve RS é composto por três principais produtos

- ✓ **Lives Diálogos Setoriais**, que proporcionam a interação da administração tributária com representantes dos setores econômicos.
- ✓ **Revista RS360°**, que consolida, mensalmente, o material produzido sobre os indicadores econômico-tributários dos setores, além de entrevistas, artigos e outras atrações sobre o universo tributário.
- ✓ **Site Receita Doc**, em que constam diversas publicações técnicas elaboradas Receita Estadual, como a própria Revista RS360°.



diálogos
SETORIAIS

REVISTA
RS360°

Receita.doc



Receitas Tributárias

A arrecadação pelo regime de caixa dos tributos estaduais em 2022 totalizou **R\$ 50,88 bilhões**, representando uma queda real de **10,6% frente a 2021**, em números atualizados pelo IPCA. Com isso, a **Receita Tributária de 2022 foi a segunda maior da história (tabela ao lado)**. Considerando valores nominais, houve queda de 2,5% no ano.

A **representatividade da Receita Tributária em relação à Receita Total do Estado no ano de 2022 ficou em 78,1%**, abaixo dos 80,9% verificados no ano anterior.

Em relação à **composição da receita tributária** própria estadual, o **ICMS representa o principal item, significando 86,5% dos tributos**. Já o **IPVA teve participação de 9,3%** e o **ITCD de 2,7%**. As **taxas, por fim, registraram participação de 1,5%**.

Composição da Receita Tributária do RS em 2022

1º ICMS: 86,5%
2º IPVA: 9,3%
3º ITCD: 2,7%
4º Taxas: 1,5%

Ano	Valor Real Acumulado	Variação Real Ano Anterior
2013	46,49	
2014	47,00	1,1%
2015	45,79	-2,6%
2016	46,54	1,6%
2017	47,18	1,4%
2018	50,11	6,2%
2019	49,50	-1,2%
2020	48,66	-1,7%
2021	56,92	17,0%
2022	50,88	-10,6%

Valores em R\$ bilhões, atualizados pelo IPCA a preços de Dezembro/2022.



R\$ 50,88 bilhões é o valor real obtido em 2022



-10,6%

é a variação real em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa

-2,5%

é a variação nominal em relação a 2021, considerando o regime de caixa



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Desempenho do ICMS

O **ICMS** (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é a **principal fonte de financiamento dos gastos públicos estaduais, com 86,5% de participação nas receitas tributárias em 2022** (índice que vem caindo devido ao crescimento dos demais impostos - IPVA e ITCD). Após as destinações constitucionais, **25% do valor arrecadado com ICMS pertence aos municípios**. Ele é um imposto com a técnica de **valor adicionado que incide de forma abrangente** sobre bens e alguns serviços específicos. O nível de sua receita, portanto, **responde às oscilações da atividade econômica**.

Em 2022, a arrecadação do ICMS, pelo regime de Caixa, totalizou R\$ 44,00 bilhões, representando uma queda real de 13,3% frente a 2021. O resultado foi fortemente influenciado pela decisão do Governo Estadual em **reduzir a alíquota geral do ICMS de 17,5% para 17%** e as alíquotas sobre **Combustíveis, Energia Elétrica e Telecomunicações de 30% para 25%**, mudanças válidas desde o início de 2022. Além disso, houve nova redução pela Lei Complementar nº 194/22, sancionada pelo Governo Federal em junho, que **limitou a cobrança do ICMS de combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo na mesma alíquota das operações em geral (17%)**.



Outro fator relevante foi a **arrecadação extraordinária de aproximadamente R\$ 922 milhões recebidos da quitação de dívidas de ICMS da CEEE em 2021, o que influencia a comparação com 2022**.

Ano	Arrecadação Real Acumulada ICMS	Variação Real Ano Anterior
2018	44,80	
2019	44,35	-1,0%
2020	43,50	--1,9%
2021	50,76	16,7%
2022	44,00	-13,3%

Valores em R\$ bilhões, atualizados pelo IPCA a preços de Dezembro/2022.



R\$ 44,00 bilhões é o valor obtido com o ICMS em 2022



-13,3%

é a variação real em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa

-5,4%

é a variação nominal em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

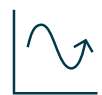
9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

O impacto das alterações das alíquotas seria ainda maior sem as

medidas que influenciaram positivamente a arrecadação do ICMS,

como a própria retomada econômica, as iniciativas visando ao desenvolvimento e as ações adotadas no âmbito do Receita 2030, com repercussão positiva no ambiente de negócios e na obtenção de receitas.



Outros Destaques e Realizações no ICMS



Quanto ao desempenho setorial,

o setor de combustíveis permaneceu como o mais representativo da arrecadação do ICMS em 2022 (16,6% do total),

seguido pelo Agronegócio (9,2%), Energia Elétrica (8,3%), Bebidas (7,9%) e Supermercados (7,2%). Completam o “Top 10” os setores de Polímeros (6,9%), Metalmeccânico (6,9%), Veículos (6,5%), Móveis e Materiais de Construção (6,0%) e Produtos Médicos e Cosméticos (5,8%).

No cenário nacional, o Rio Grande do Sul (RS) tem, desde a criação do ICMS, a 4ª maior arrecadação do imposto, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (que juntos somam mais da metade - 52,5% - do total nacional).

Em 2022 (dados até novembro), o ICMS do RS participou com 6,25% do ICMS arrecadado em todo o Brasil.

Historicamente os percentuais de participação do RS variaram entre 6,2% e 7,5%.

O Rio Grande do Sul encerrou 2022 com cerca de **222 mil inscrições ativas de contribuintes no Simples Nacional, o que representa 75% do total de inscrições estaduais.**

Esses contribuintes foram responsáveis por cerca de R\$ 2 bilhões em ICMS no ano. O montante constitui 4,7% do total arrecadado com ICMS no Estado.

Em 2022, a Receita avançou em um **projeto que vai possibilitar calcular a chamada “Brecha Tributária” do ICMS,**

ou seja, o montante do imposto que deveria ter sido arrecadado, mas acabou não ingressando aos cofres públicos, abrangendo valores não declarados, subestimados, inadimplidos e renunciados.



Outros Destaques e Realizações no ICMS



Outro destaque no ano foi o

lançamento do FOCO, uma ferramenta corporativa gerencial para otimizar a arrecadação e potencializar o trabalho das equipes.

A ferramenta é composta por uma série de Sistemas, Painéis e Relatórios, sendo mais um importante passo no incremento do uso dos dados à disposição do fisco.

Após as devidas destinações constitucionais, 25% do montante arrecadado com o ICMS é repartido entre os municípios. Os repasses são realizados semanalmente, considerando a apuração do Índice de Participação dos Municípios (IPM). Os recursos do ICMS representam, em média, 20% do total das receitas dos municípios gaúchos.

Em 2022, o RS repassou cerca de R\$ 8,6 bilhões a título de ICMS aos municípios (queda de 9,0% frente a 2021).





Desempenho do IPVA

O **IPVA** (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é o **segundo tributo mais representativo na composição das receitas tributárias gaúchas**. A arrecadação do IPVA em 2022 foi de **R\$ 4,72 bilhões**, representando um aumento real de **8,5% frente a 2021**. O valor, após as devidas destinações constitucionais, é **repartido automaticamente 50% para o Estado e 50% para o município de licenciamento do veículo**.

Em relação à composição da receita tributária própria estadual, o **IPVA vem, em geral, aumentando sua participação**. A elevação na curva de receita é perceptível desde 1994, quando foi de R\$ 703 milhões, em valores reais, sendo atualmente de R\$ 4,72 bilhões (571% de crescimento real em 28 anos). **Essa evolução fez com que sua participação na receita tributária, que em 1994 era de 3,6%, mais que duplicasse e atingisse 9,3% em 2022**.

Recentemente, a **Administração Tributária também vem intensificando o processo de aprimoramento dos instrumentos gerenciais de controle e expandindo e diversificando as ações de cobrança sobre os devedores**, o que tem sido determinante para os resultados, assim como a elevação do valor da frota.



Em 2022, a **arrecadação do IPVA pelo regime de Caixa, em valores reais, foi a maior da história do tributo**. A variação positiva no IPVA é fruto, entre outros fatores, da **valorização média da frota registrada nos últimos anos**.

Ano	Arrecadação Real Acumulada IPVA	Variação Real Ano Anterior
2018	4,06	
2019	3,81	-6,1%
2020	3,86	1,3%
2021	4,35	12,7%
2022	4,72	8,5%

Valores em R\$ bilhões, atualizados pelo IPCA a preços de Dezembro/2022.



R\$ 4,72 bilhões é o valor obtido com o IPVA em 2022



8,5%

é a variação real em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa

18,4%

é a variação nominal em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

A frota total de veículos no Estado para o IPVA 2022 foi de 7,26 milhões. Deste total,

3,91 milhões são tributados (53,9%) e 3,35 milhões são isentos do pagamento (46,1%).

As principais desonerações existentes são para veículos com mais de 20 anos, veículos com IPVA de valor inferior a 4 UPF, veículos oficiais, veículos para pessoas com deficiência e táxis.



Outros Destaques e Realizações no IPVA



Para mitigar a valorização dos veículos no mercado nacional (e consequente aumento do IPVA), o Estado incrementou os descontos oferecidos e

elevou o número de parcelas para o pagamento do imposto (de 3 para em até 6 vezes) em 2022.

Outra novidade, fruto de parceria entre Receita, Detran, Procergs e Barrisul, foi a **possibilidade de pagar o IPVA 2022 via PIX.**

O Estado ofereceu aos contribuintes **descontos de até 34,63% do total do imposto no IPVA 2022.**

Além do pagamento antecipado, o não cometimento de infrações (Desconto do Bom Motorista - 1,8 milhão de veículos - 46% da frota tributável - R\$ 214 milhões de desconto) e a participação no Programa Nota Fiscal Gaúcha (Desconto do Bom Cidadão - 642 mil veículos - 16% da frota tributável - R\$ 25 milhões de desconto) garantiam reduções significativas no valor a ser pago.

O calendário de pagamento do IPVA 2022 encerrou em abril e a inadimplência financeira foi de 22,5% dos valores previstos. Essa

inadimplência financeira encerrou o ano de 2022 em 4,1%,

refletindo as ações para facilitar o pagamento e para cobrar os devedores.

Acesso fácil no site e aplicativo para auxiliar os contribuintes

- www.ipva.rs.gov.br
- **Aplicativo IPVA RS** (App Store e Google Play)



Outros Destaques e Realizações no IPVA



A inscrição em Dívida Ativa relativa ao IPVA 2022 começou em julho. Em um primeiro momento, a iniciativa **abrangeu mais de 373 mil veículos de 337 mil devedores, que totalizavam R\$ 362 milhões em IPVA devido.**

A primeira inscrição foi gerada em lote pelos sistemas da Receita Estadual e respeitou os critérios estabelecidos na Instrução Normativa RE nº 045/98. Posteriormente, os demais contribuintes podem ser inscritos de forma manual a qualquer momento.

Após as destinações constitucionais, a arrecadação do IPVA é dividida de maneira automática: 50% para o Estado e 50% para o município do licenciamento do veículo. Os recursos do IPVA representam, em média, 4% do total das receitas dos municípios gaúchos.

Em 2022, o RS repassou cerca de R\$ 1,81 bilhão a título de IPVA aos municípios, superando em cerca de 19% o montante repassado de 2021.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Desempenho do ITCD

O **ITCD** (Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) é o imposto sobre a **transmissão gratuita de bens móveis ou imóveis e também de direitos, incluindo a sucessão** (causa mortis), sendo o **terceiro tributo em representatividade na composição das receitas tributárias.**

A arrecadação do ITCD em 2022 foi de **R\$ 1,36 bilhão**, representando um aumento real de **9,8%** frente a 2021.

Na série histórica, de 1995 a 2009 a arrecadação se manteve estável, mas a partir de 2010, o patamar tributário se elevou significativamente. **Trazendo-se os números para valor presente ao final de 2022, o ITCD cresceu de R\$ 190 milhões em 2009 para R\$ 1,36 bilhão em 2022 (615% de crescimento real em 13 anos). Sua participação na receita tributária, em valores reais, que ao final de 2009 estava em torno de 0,5%, mais que quintuplicou, atingindo 2,7% em 2022.** Os resultados refletem um amplo processo que vem sendo implementado pelo fisco para modernização da gestão, dos processos e dos serviços relacionados ao ITCD, juntamente com a qualificação da base de cálculo deste tributo.



Em 2022, o **ITCD alcançou a maior arrecadação da história, em valores atualizados pelo IPCA, superando pela segunda vez a marca de R\$ 1 bilhão arrecadados com o tributo.**

Ano	Arrecadação Real Acumulada ITCD	Variação Real Ano Anterior
2018	750	
2019	835	11,3%
2020	907	8,7%
2021	1.237	36,3%
2022	1.358	9,8%

Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA a preços de Dezembro/2022.



R\$ 1,36 bilhão é o valor obtido com o ITCD em 2022



9,8%

é a variação real em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa

19,1%

é a variação nominal em relação a 2021, considerando o Regime de Caixa



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

A arrecadação do ITCD no Rio Grande do Sul (RS) chegou a

10,3% de participação no total arrecadado nacionalmente com o tributo em 2022.

O resultado representa um ganho de 3,5 pontos percentuais desde 2017. Com isso, o

RS é o Estado brasileiro que registrou o maior crescimento nesse indicador no período.

A evolução é corroborada pela análise do percentual de participação do ITCD nas receitas tributárias.

No RS, o índice foi de 2,7% em 2022, enquanto a média nacional foi de aproximadamente 1,5%.



Outros Destaques e Realizações no ITCD



Em 2022, a Receita concluiu o Programa de Autorregularização relativo ao ITCD incidente sobre doações informadas à Receita Federal nas Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física de 2017. Ao todo, foram

recuperados R\$ 4,8 milhões (+243% frente a programa similar em 2021) através da regularização de 69% dos notificados.

Os contribuintes que não se regularizaram (31%) ficaram sujeitos à ação fiscal e imposição de multa, sendo autuados em valores que alcançaram R\$ 6,0 milhões.

Em 2022, foram recebidas mais de 100 mil Declarações do ITCD,

com bens avaliados que formam uma base de cálculo superior a R\$ 58 bilhões e ITCD calculado superior a R\$ 1,6 bilhão.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

No âmbito do GT Auditoria, desde 2019 foram lavrados 1.042 Autos de Lançamento, com 57% deles tendo sido pagos ou parcelados.

A arrecadação efetiva vinculada ao trabalho realizado pelo GT Auditoria do ITCD ultrapassa a marca dos R\$ 210 milhões, em valores atualizados pelo IPCA, sendo R\$ 116 milhões vinculados a Autos de Lançamento, R\$ 93 milhões a DIT's de autuações anteriores e R\$ 11 milhões aos programas de autorregularização de doações não declaradas promovidos pelo Grupo.



Avanços nos Grupos de Trabalho do ITCD



Já o GT avaliação de Empresas, avaliou mais de 9 mil bens da categoria desde 2019, cujo *valuation* somado supera R\$ 19 bilhões.

O GT é responsável pela avaliação de Ações de Capital Fechado e Participações Societárias declaradas em Declarações do ITCD e/ou empresas vinculadas às auditorias de ITCD.



Além disso, o ITCD conta também com um

GT responsável por atender todas as demandas sobre o tributo abertas via Plantão Fiscal Virtual, com uma média de 2,7 mil dúvidas esclarecidas por mês.



Fiscalização Tributária



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Fiscalização Tributária

Em 2022, a Receita Estadual, atuou em diversos ramos da economia, buscando **garantir um tratamento isonômico entre as empresas dos setores mediante a identificação de divergências, orientação ao contribuinte, promoção da autorregularização e, também, por meio do combate à sonegação e à concorrência desleal.**

Foram realizadas **inúmeras ações de fiscalização preventiva e repressiva inseridas no contexto do novo modelo especializado de atuação**, por meio dos trabalhos efetuados pelos Grupos Especializados Setoriais e das Centrais de Serviços Compartilhados. O novo modelo é pautado por pilares como o **foco na prevenção** (incentivo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias), a **atuação especializada**, a **atuação integrada com outros órgãos públicos**, o **uso intensivo de inteligência artificial** e a **participação da sociedade** (contribuindo, por exemplo, através da participação no Programa Nota Fiscal Gaúcha e com denúncias de sonegação).

Confira ao lado alguns destaques da atuação e saiba mais detalhes nas páginas a seguir.



+ de 3 mil verificações fiscais

iniciadas em contribuintes de diversos setores



R\$ 284 milhões

recuperados em ações de regularização



21 programas de autorregularização

executados ao longo do ano



27 operações ostensivas

deflagradas em 2022



Diversas ações no **trânsito de mercadorias** e na **fiscalização do IPVA e do ITCD**



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Destaque na Fiscalização Preventiva

Ações de Regularização recuperaram R\$ 284 milhões em 2022

As ações de regularização oportunizam que os contribuintes regularizem a situação antes do início da ação fiscal, através da correção de eventuais divergências ou inconsistências de modo voluntário. Em 2022, a Receita encaminhou comunicados para autorregularização a mais de **166 mil contribuintes**, recuperando valores na ordem de **R\$ 284 milhões de ICMS**. Os números consideram os quatro tipos de ações de regularização realizadas.

Programas de Autorregularização

21 programas lançados em 2022

(além do programa permanente de ICMS Substituição Tributária Interestadual)

24,6 mil contribuintes comunicados

R\$ 166 milhões recuperados (80% do potencial estimado)

Exemplos: divergência de receita Bruta de contribuintes do Simples Nacional, tributações incorretas, saída sem Substituição Tributária nos setores de supermercados e padarias, ITCD.

Alertas de Divergências

139,6 mil alertas enviados por informações incorretas ou omissões

R\$ 34 milhões em multas formais nas situações de reincidência

Notificações Prévias e Solicitações de Esclarecimento

1,5 mil envios para correção e/ou justificativa

R\$ 84 milhões recuperados aos cofres públicos



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Destaques na Fiscalização Repressiva

Realizadas 27 operações ostensivas de fiscalização no ICMS

Diversos municípios e setores econômicos

(ex.: químico, de indústria alimentícia, calçados, eletrônicos, bebidas e polímeros)

Estimativa de R\$ 235 milhões em ICMS sonogado

(inclusive fraude fiscal estruturada e crime contra a ordem tributária)

Exemplos de Operações em 2022

Ao longo do ano foram deflagradas as **fases XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII da Operação Polimeria**. As ações envolveram empresas que atuam no ramo de sacolas, embalagens, polímeros, borracha, entre outros. Somados, os valores devidos ao Estado são estimados em cerca de R\$ 15 milhões.

Em maio, ocorreu a **Operação Concorrência Leal VII**, voltada à notificação de empresas devedoras contumazes que, conforme cruzamento de dados, deixam de recolher de maneira recorrente o ICMS declarado. A ação ocorreu em 10 municípios e o valor de ICMS devido é estimado em mais de R\$ 44 milhões.

A primeira fase da **Operação Varejo Legal** ocorreu em setembro de 2022 e teve como foco o setor de bares e restaurantes, visando orientar quanto à importância do cumprimento voluntário e correto das obrigações tributárias. Foram visitados 781 contribuintes de 26 municípios, com identificação de irregularidades em 112 estabelecimentos.

Diversas ações de monitoramento e fiscalização foram realizadas no trânsito de mercadorias e nos Postos Fiscais de divisa com Santa Catarina. Entre os exemplos estão uma **operação voltada ao serviço de transporte rodoviário de cargas** e uma **operação no Posto da Polícia Rodoviária Federal de Sarandi (PRF)**.



Em 2022, foram iniciadas mais de

3 mil verificações fiscais

em contribuintes de diversos setores. Cerca de

27% ocorreu no setor de agronegócios,

seguido pelo setor de produtos médicos e cosméticos, com 10%.



Foram lavrados

mais de 30,7 mil Autos de Lançamento, totalizando R\$ 2,2 bilhões em créditos tributários constituídos.

Desse valor, 90,3% é relativo a ICMS não declarado, 4,9% ao trânsito de mercadorias, 1,6% a infrações formais, 1,6% ao ITCD e 1,6% a outras taxas.

Outros Destaques na Fiscalização em 2022



A Receita encaminhou ao Ministério Público (MP), em 2022, uma nova relação de empresas apontadas por sonegação de ICMS. Ao todo, foram entregues

Representações Fiscais para Fins Penais contendo 186 Autos de Lançamento com indícios de crimes contra a ordem tributária, no valor de R\$ 804,3 milhões (imposto + multas + juros).

As Representações derivam de trabalhos de auditoria fiscal realizados pelas Delegacias da Receita em diversas regiões do Estado. A iniciativa visa permitir que o MP analise o oferecimento de denúncia-crime contra os autuados.



As ações realizadas ao longo do ano foram pautadas no

Plano Anual de Fiscalização 2022,

documento publicado ainda em 2021 no site da Receita Estadual.

Da mesma forma, em dezembro de 2022 foi publicado o

Plano Anual de Fiscalização 2023,

reforçando o planejamento da área e estimulando a regularização prévia.



Outros Destaques na Fiscalização em 2022



Em 2022, a Receita consolidou o **modelo de fiscalização especializada e setorial.**

Para tanto, a estrutura

conta com 16 Grupos Especializados Setoriais

(fiscalização segmentada por setores econômicos, abrangendo 96,9% dos estabelecimentos e 95,6% da arrecadação de ICMS no Estado) e

6 Centrais de Serviços Compartilhados no processo de fiscalização.

Também foram registrados avanços na implementação do

Programa Águia, que vai modernizar o controle do fluxo de veículos e cargas com atividades de monitoramento e intervenções seletivas,

com emprego intensivo de tecnologia e inteligência, integrado com órgãos de fiscalização federais, estaduais, municipais e de segurança pública (novo modelo ativo de fiscalização no trânsito de mercadorias, mais assertivo, produtivo e integrado).



Contencioso e Normativo



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Gestão dos Processos Fiscais

No **contencioso fiscal**, foram proferidas **1.435 decisões** ao longo de 2022, totalizando o valor de **R\$ 1,81 bilhão**.

O **estoque de processos** de impugnação a Autos de Lançamento de todos os modelos **subiu de 476 no final de 2021 para 937 no final de 2022**, em especial por conta do **aumento no número de processos encaminhados para julgamento: de 1.241 (2021) para 1.758 (2022)**. Em termos de valores (atualizados), o **estoque aumentou de R\$ 666 milhões para R\$ 758 milhões**. Já o **prazo médio de julgamento caiu de 330 dias em 2021 para 216 dias em 2022**.

Além disso, foram emitidos **96 pareceres de revisão de Autos de Lançamento ao longo do ano**.

Já na **repetição de indébito**, foram **2.923 processos julgados**, encerrando o ano de 2022 com um estoque de **582 processos aguardando julgamento**, uma **queda de quase 20% frente ao estoque verificado no final de 2021 (718 processos)**.

Por fim, na área de **perícias fiscais**, por sua vez, foram **374 processos analisados**. Desses, **207 foram prestações de informações à Procuradoria Geral do Estado (PGE)** como forma de subsidiar a defesa do Estado em ações anulatórias, execuções fiscais e embargos de declaração.



1.435 decisões
no contencioso fiscal

2.923 decisões
na repetição de indébito



97% de aumento
no estoque de processos
do contencioso fiscal

19% de queda
no estoque de processos
de repetição de indébito



35% de queda
no prazo médio de julgamento dos processos do
contencioso (330 dias em 2021 para 216 dias em 2022)

Instância Única concentra julgamentos

O Tribunal de Justiça do RS confirmou a **constitucionalidade do julgamento dos processos administrativo-tributários em primeira e única instância em 2017**, nos limites dos valores estabelecidos pela lei. No âmbito da Receita Estadual, esses julgamentos são **realizados pela Divisão de Processos Fiscais**. Já os julgamentos em **2ª instância são executados pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF)**. A instância única **concentra, desde a sua criação em 2013, cerca de 57% do total das decisões no contencioso fiscal, garantindo mais celeridade, economicidade e eficiência no andamento dos processos**.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Em 2022, foi dada continuidade à iniciativa Contencioso Just In Time. Apesar do aumento do estoque de processos,

o prazo médio para julgamento caiu 35% no último ano, ficando em 216 dias em 2022.



O projeto Repetição de Indébito Just In Time, com profunda modernização das atividades relacionadas, seguiu gerando resultados positivos. Com as medidas,

o prazo médio para restituição caiu 79% nos últimos cinco anos, ficando em 69 dias em 2022.

Outros Destaques e Realizações na área de Processos Fiscais



O subsecretário da Receita, Ricardo Neves, participou do “Seminário de Diagnóstico do Contencioso Tributário Administrativo”,

promovido em abril pela Receita Federal do Brasil e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Brasília. Na ocasião, foram discutidos os principais desafios relacionados à solução das disputas tributárias no âmbito administrativo.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Gestão das Normas Legais

A Receita Estadual, por meio da Seção de Normatização da Divisão de Consultoria Tributária, produziu **161 minutas de Projetos de Lei e de Decreto com o propósito de encaminhamento ao Gabinete do Secretário da Fazenda**. Também foram produzidas **131 minutas de Instrução Normativa e de ordem de serviço**, sendo que foram expedidas 117 normas. Em relação ao principal tributo do Estado, o ICMS, foram encaminhadas **propostas de 248 alterações no Regulamento do ICMS**, via minutas de Decreto (*confira o resumo de documentos elaborados em 2022 ao lado*). Além disso, **também foram solucionados 501 processos de consultas formais por meio de pareceres e informações**.

As minutas de Projetos de Lei, Decretos e Instruções Normativas elaboradas **tratam dos mais diversos assuntos relativos às receitas estaduais**, como a **regulamentação de leis estaduais tributárias** e a **implementação de convênios celebrados pelo Confaz** e encaminhados à Assembleia Legislativa. As minutas tratam, ainda, de **regulamentação de obrigações tributárias acessórias**.

Ainda, **sobre benefícios fiscais, cabe destacar o cumprimento de diversos procedimentos previstos na Lei Complementar Federal nº190/17**, que tratou da remissão e reinstituição de benefícios fiscais concedidos em desacordo com a Constituição Federal. Também são elaboradas minutas de acordos que devem ser submetidos à apreciação do Confaz, conforme estabelecido pela gestão da Secretaria da Fazenda.

Documentos Elaborados 2022

Projetos de Lei (elaboradas individualmente e posteriormente aglutinadas)	16
Decretos	145
Instruções Normativas	126
Ordens de Serviço	5
Justificativas de Convênios (Assembleia Legislativa)	51
Propostas de Acordos (SERF/DEET)	60
Termos de Acordo	15
Diversos (resoluções, respostas LAI, atestados LC 160/17, informações, etc.)	38
Entregas ao CONFAZ (atos normativos e atos concessivos LC 160/17)	8
Total	464



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

O processo de Normativo tem participação fundamental na implementação e regulamentação de inúmeros projetos, muitos deles vinculados ao Receita 2030...

- ✓ Implementação da **Nota Fiscal Fácil (NFF)** para contribuintes varejistas
- ✓ **Dispensa da escrituração fiscal relativa às Notas Fiscais de Consumidor eletrônicas (NFC-e)**
- ✓ Ampliação do **Programa Devolve-ICMS** e regulamentação do **Receita Certa**
- ✓ Implementação de **Projeto Piloto de Conformidade** (*Compliance Tributário*)
- ✓ Proposição de **normas relacionadas à concessão de benefícios fiscais** visando à melhoria do ambiente de negócio no Estado
- ✓ Implantação de **melhorias nos sistemas de controle e registro no processo de gestão de desonerações fiscais e de assessoramento na definição da política tributária**
- ✓ Estudo e **proposta normativa para fins de integração com a Procuradoria-Geral do Estado**, visando cooperação para recuperação de créditos e combate à contumácia
- ✓ Alteração nas **regras relacionadas ao cadastro de contribuintes no Estado**, objetivando a simplificação das obrigações acessórias e a redução do custos
- ✓ Participação ativa da seção nas **definições para desenvolvimento de um novo Portal da Legislação**

Legislação Tributária Inteligente



O tema "**Legislação Tributária Inteligente - Conformidade Algorítmica autoexecutável e orientada por código e dados**" foi destaque na **71ª edição do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat)**, realizado em novembro de 2022, na cidade de Maceió, capital de Alagoas.

O assunto foi apresentado pelo subsecretário da Receita Estadual RS, Ricardo Neves Pereira. O objetivo é **desenvolver um sistema autoexecutável de conformidade fiscal (conformidade algorítmica) baseado em código e dados com validade jurídica plena (segurança jurídica), certificado pelo Fisco, com efeito vinculante e garantia de irretroatividade.**



Cobrança de Devedores



Cobrança de Devedores

Em 2022, foram recuperados R\$ 2,60 bilhões na cobrança de dívidas tributárias em âmbito administrativo e judicial. O valor consistiu em um importante reforço no caixa do Estado.

O resultado é fruto de diversas iniciativas empreendidas pelo fisco gaúcho, bem como da evolução do trabalho integrado com as equipes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Ministério Público (MP), no âmbito do Comitê de Integração Estratégica (RE e PGE) e do âmbito do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (RE, PGE e MP).

Um dos focos da atuação da Receita Estadual tem sido o **incremento da liquidez dos créditos tributários, reforçando a cobrança próxima do fato gerador e a busca pelo efetivo ingresso dos recursos aos cofres públicos**. Outro destaque é o **novo modelo de Cobrança Especializada orientado conforme os setores econômicos**, implementado em 2021 e com avanços significativos para sua consolidação em 2022.



Entre os destaques das ações implementadas ao longo do ano estão **melhorias nos processos internos e sistemas, modernização de procedimentos, especialização e centralização de atividades e fortalecimento da integração com outros órgãos**

Ano	Cobrança de Devedores	Variação Real Ano Anterior
2018	3,38	
2019	4,22	24,8%
2020	2,58	-38,9%
2021	3,72	44,2%
2022	2,60	-30,1%

Valores em R\$ bilhões, atualizados pelo IPCA.



R\$ 2,60 bilhões

é o valor obtido com a cobrança de devedores em 2022



-30,1%

é a variação real da cobrança em 2022 frente a 2021



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Após ser implementado em 2021, **o novo modelo de Cobrança Especializada da Receita Estadual foi consolidado ao longo de 2022.**

A Cobrança Especializada é voltada aos grandes devedores e orientada por setores econômicos. Ao todo, são

8 equipes, distribuídas em 10 delegacias, que atuam na cobrança relacionada a 14 setores econômicos.

O estoque total da Dívida Ativa no Rio Grande do Sul é de R\$ 54,2 bilhões, dos quais R\$ 37,8 bilhões são judiciais e R\$ 16,4 bilhões são administrativos.

Do montante administrativo, apenas R\$ 2,2 bilhões estão disponíveis para cobrança.



A cobrança na Receita Estadual também conta com a

atuação de 8 Centrais de Serviços Compartilhados.

Alguns exemplos são “Alvarás Automatizados”, “Arrolamento de Bens”, “Correção de Guia de Arrecadação” e “Ajuizamento e Protesto”.

Outros Destaques e Realizações na Cobrança em 2022



Reabertura do parcelamento facilitado para contribuintes do Simples Nacional prejudicados pela pandemia,

visando estimular a economia e a regularização tributária (até 60 meses e dispensadas garantias). Conforme apurado, mais de 7 mil optantes tinham dívidas relativas ao período da Covid-19, totalizando cerca de R\$ 44 milhões a serem regularizados.

Desde sua criação, o **Compensa-RS** já possibilitou a compensação de mais de R\$ 1,35 bilhão.

A iniciativa oportuniza que as pessoas físicas e jurídicas quitem ou abatam suas dívidas inscritas em Dívida Ativa, de natureza tributária ou de outra natureza, por meio do encontro de contas com os valores devidos pelos entes públicos (precatórios).

Em 2022, foram enviadas **mais de 249 mil Certidões de Dívida Ativa para protesto, no valor de R\$ 1,58 bilhão.**

Desse montante, aproximadamente R\$ 90 milhões foram apropriados em 90 dias.



Outros Destaques e Realizações na Cobrança em 2022



As empresas que apresentam no mínimo oito meses de inadimplência nos últimos 12 meses são enquadradas como “devedores contumazes”. Persistindo na inadimplência, tais empresas são notificadas via processo administrativo e incluídas em Regime Especial de Fiscalização (REF).

O Rio Grande do Sul tinha, no final de 2022, 789 empresas contumazes, deixando de recolher cerca de R\$ 193 milhões por ano. Dessas, 514 estavam com REF ativo.

Os contribuintes submetidos ao REF ficam sujeitos a uma série de obrigações e medidas restritivas.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

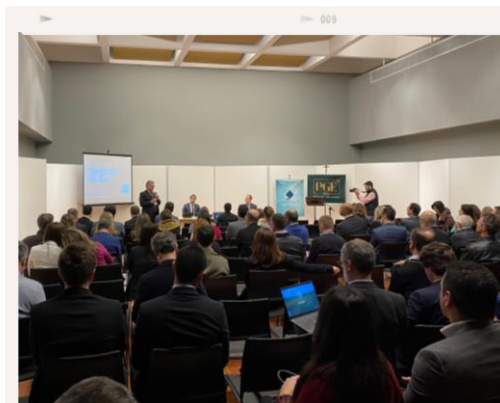
7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Eventos promoveram integração, alinhamento e divulgação de atividades relacionadas à Cobrança em 2022



CANVA STORIES 2020



CANVA STORIES 2020



CANVA STORIES 2020

Workshop reforça integração Receita + PGE

O Workshop “Estratégias Conjuntas para o Incremento de Resultados: PGE e Receita integradas na atuação eficaz”, Realizado em abril, reuniu mais de 100 profissionais da Receita e da PGE. O evento visou fortalecer a integração entre as instituições e incrementar a busca por resultados, especialmente na cobrança e na arrecadação.

Evento “Regularize seus Débitos”

Realizado em dezembro, o evento “Regularize seus débitos tributários estaduais” foi promovido pela FIERGS, por meio do Conselho de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis (Contec). O encontro foi destinado a expor às empresas como funcionam os instrumentos de mediação com a Receita e a PGE.

Encontro Anual da Cobrança

O Encontro Anual da Cobrança foi realizado pela Divisão de Recuperação de Créditos (DRC) da Receita. O evento, realizado em dezembro, reuniu cerca de 80 colegas e buscou promover a integração entre as equipes de Cobrança Especializada e as equipes das Centrais de Serviços Compartilhados (CSC) de Cobrança.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

CIRA-RS segue gerando resultados efetivos para o Estado

Instituído pelo Decreto nº 54.191/2018, o **Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Rio Grande do Sul (CIRA-RS)** é formado pela **Secretaria da Fazenda, por meio da Receita Estadual, pela Procuradoria-Geral do Estado e pelo Ministério Público**. O objetivo é proporcionar a realização de **ações conjuntas entre as instituições e garantir efetividade à recuperação de ativos de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul**.

Desde sua constituição, em 2018, **mais de R\$ 350 milhões foram regularizados no âmbito do CIRA-RS**. Atualmente são mais de **55 casos em análise, em etapas diferentes de atuação**, visando, entre outros fatores, combater as fraudes fiscais, a concorrência desleal e o enriquecimento ilícito, apurando e reprimindo os crimes contra a ordem tributária e de lavagem de dinheiro, com especial enfoque na recuperação de ativos e, também, em ações que resultem na responsabilização administrativa, civil e criminal dos envolvidos.

Exemplos de ações em 2022

Deflagrada em março, a **Operação Bonanza cumpriu 34 mandados de busca e apreensão** em empresa varejista de móveis e eletrodomésticos nas cidades de Bagé, Porto Alegre, Santa Maria e Antônio Prado. O grupo econômico familiar acumulava cerca de R\$ 95 milhões em dívidas de ICMS.

Em julho, foi concluído **acordo para regularização de mais de R\$ 48 milhões em dívidas de ICMS** vencido de grupo com atuação no ramo da fabricação de cabos para a indústria naval. Também houve o reconhecimento de solidariedade entre diversas pessoas físicas e jurídicas com outorga de garantias de alto valor.

Em agosto, uma ação do CIRA-RS resultou no **bloqueio e indisponibilidade de bens no montante de R\$ 61 milhões** (montante das dívidas tributárias) de grupo econômico moveleiro da região da Serra. O processo envolve mais de 30 réus.

Em novembro, o CIRA-RS garantiu o **bloqueio positivo de mais de R\$ 140 milhões em contas bancárias de grupo devedor**, além de indisponibilidade de patrimônio junto a entidades de registro de bens e direitos. O valor era relativo à passivo fiscal com perfil majoritariamente composto de ICMS declarado e não pago.





Relacionamento com os Públicos



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Relacionamento com os Contribuintes

A **mudança no paradigma do relacionamento com os contribuintes**, com **foco na construção de um ambiente cooperativo**, é uma das prioridades do novo modelo de negócio da Receita Estadual. Nesse sentido, em 2022, a Instituição seguiu empreendendo esforços significativos para **qualificar essa relação, com diversas melhorias implementadas**.

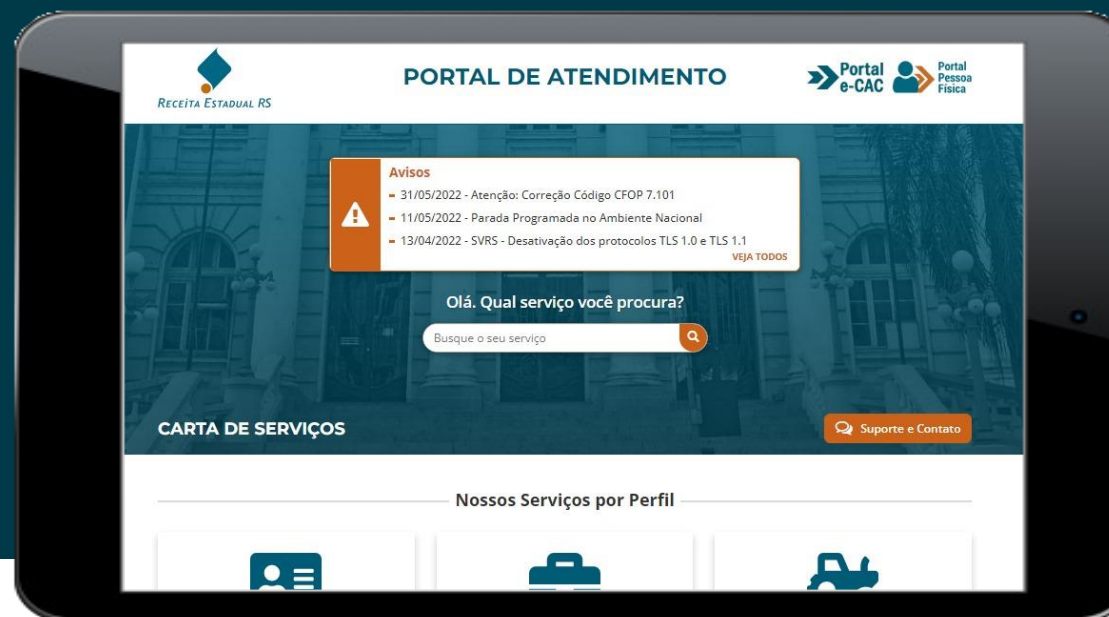
Os avanços estão relacionados a fatores como:

- **Simplificação** de obrigações tributárias
- Incremento da oferta de **serviços digitais** e do **atendimento virtual**
- Mais **agilidade** e **padronização** no atendimento das demandas
- Facilitação do **acesso à informação**
- Evolução do **relacionamento** entre as partes por meio do **diálogo**, da **transparência** e da **inovação**.

Novo Portal de Atendimento: tudo em um só lugar

Em junho, a Receita lançou o **Novo Portal de Atendimento**, ambiente no qual os **serviços e informações estão disponíveis de forma estruturada, com visual intuitivo e busca eficiente para melhorar a experiência do usuário dos serviços**, consistindo em mais um avanço na digitalização dos serviços prestados pelo fisco gaúcho.

O objetivo é que o **usuário acesse o Portal e encontre lá tudo o que precisa**, independentemente do seu perfil ou da sua necessidade, como por exemplo solicitar todos os serviços de forma virtual, encontrar orientações ou encaminhar dúvidas.



Em maio, a Receita

lançou o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE),

ambiente eletrônico para comunicação com os contribuintes, utilizado para envio de notificações, intimações, avisos, comunicados, recibos e outros assuntos. A novidade teve diversos avanços em aspectos visuais e em funcionalidades para melhorar a experiência do usuário e facilitar a interação.



Foram cerca de

240 mil atendimentos virtuais e/ou dúvidas respondidas ao longo de 2022.

O Plantão Fiscal Virtual, serviço destinado ao esclarecimento de dúvidas sobre legislação, sistemas e procedimentos, somou 116 mil dúvidas respondidas, encerrando o ano com um grau médio de satisfação próximo de 8,7 (notas de 0 a 10). Também foram solucionados cerca de 110 mil protocolos eletrônicos, além de outros canais como e-mails de contingência, Fale Conosco e 0800.

Outros Destaques no Relacionamento com os Contribuintes em 2022

O Relacionamento na Receita Estadual também conta com a atuação de 4 Centrais de Serviços Compartilhados (CSC). Um exemplo é a

CSC Obrigações Acessórias, cuja implantação foi concluída em 2022.

O objetivo é qualificar a informação prestada pelos contribuintes, monitorando as principais declarações fiscais de todos os estabelecimentos do RS o mais próximo possível ao fato gerador.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o
Relatório

2 Mensagem do
Subsecretário

3 Receita 2030 e
Gestão Estratégica

4 Pessoas e
Tecnologia

5 Tributação e
Arrecadação

6 Fiscalização
Tributária

7 Contencioso
e Normativo

8 Cobrança
de Devedores

9 Relacionamento
com os Públicos

10 Visão
de Futuro

Conselho de Boas Práticas Tributárias consolida novo patamar no relacionamento fisco-contribuinte

Em agosto, foi realizada a **reunião de Implementação do Conselho de Boas Práticas Tributárias (CBPT), fórum permanente de diálogo para tratar de temas de interesse mútuo do fisco e dos contribuintes**, aumentando a proximidade entre a Administração Tributária e a sociedade e atingindo um maior nível de transparência e confiança nas relações.

Para a execução dos trabalhos, **o CBPT promove reuniões mensais e presenciais**, sendo que a primeira delas foi realizada na sede da Fecomércio/RS, em Porto Alegre. Ao todo, **quatro reuniões ocorreram em 2022**, debatendo temas como “Transparência”, “Desenvolve RS”, “Relacionamento e Diálogo”, “Aplicativo Nota Fiscal Fácil”, “Atuação da PGE”, “Aplicativo Minha Empresa”, “Regimento Interno” (publicado no Diário Oficial do Estado em novembro, por meio da Portaria RE N° 068/22), “Fruição Condicionada de Créditos Presumidos” e “Substituição Tributária”.

O Conselho, criado por meio da Lei nº 15.576/20, é **integrado por 22 Conselheiros representando 12 entidades: Receita Estadual, Procuradoria-Geral do Estado, Fecomércio, Federasul, CRC, SEBRAE, FCDL, OCERGS, FIERGS, FETRANSUL, FARSUL e OAB.**





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Relacionamento com a Sociedade

O ano de 2022 foi marcado por **conquistas importantes em termos de relacionamento com os contribuintes e com a sociedade em geral**. A pandemia mudou a forma como ocorrem as interações sociais e a Receita, atenta às inovações tecnológicas e melhores práticas de administração tributária, procurou **intensificar e qualificar o relacionamento e a comunicação com a sociedade, reforçando ações em parceria e a divulgação das suas novidades e realizações**.

Como responsável pelo provimento de recursos ao Estado, a Instituição busca de maneira permanente, por meio de várias ações, **incrementar a transparência e os serviços disponíveis, aproximando as pessoas dos assuntos relacionados à cidadania fiscal e, por consequência, impactando positivamente a arrecadação e o combate à sonegação e à concorrência desleal entre empresas**.

Receita Dados é destaque de transparência

A Receita Estadual trata a transparência fiscal, um de seus objetivos estratégicos, como prioridade, **adotando uma série de medidas para ampliar o acesso da sociedade às informações de interesse público**. Uma das suas principais iniciativas é o **Portal Receita Dados, site de transparência da Instituição**.

Após passar por uma ampla modernização nos últimos anos, o **Portal seguiu sendo modernizado e disponibilizando novos painéis informativos, além da possibilidade de fazer o download dos dados abertos**, de modo que os usuários trabalhem com os números e façam livremente análises e cruzamento das informações. Outro destaque são as **publicações, como por exemplo sobre o tema das desonerações fiscais**, inclusive com listas das empresas que declararam o uso de algum tipo de incentivo, resguardadas as questões de sigilo fiscal.

The screenshot shows the 'RECEITA DADOS' website. The header includes 'Início', 'Painéis', 'Publicações', and 'Sobre'. The main content area is titled 'Transparência' and contains the text: 'Acesse PAINÉIS, arquivos de DADOS abertos e PUBLICAÇÕES sobre arrecadação, desonerações, consumo e preço de combustíveis, emissão de documentos eletrônicos, indicadores econômicos, cadastro de contribuintes e diversas outras informações.' Below the text is a blue button with the text '→ ACESSE'. To the right of the text is an illustration of a person sitting at a desk with multiple computer monitors displaying charts and graphs.

The screenshot shows a data table with the following structure:

Arrecadação Acumulada dos Tributos - Aguardando dados...		
ICMS	IPVA	ITCD
Arrecadação do Tributo - Últimos 12 meses (valores nominais)		

Últimas Publicações

Desonerações 2015-2021

Desonerações Fiscais | 04 nov 22

Demonstrativo das Desonerações Fiscais 2021



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

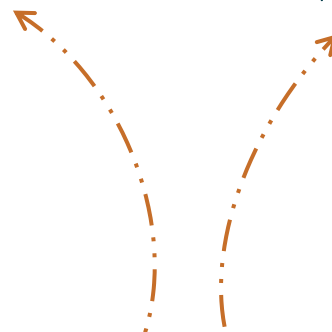
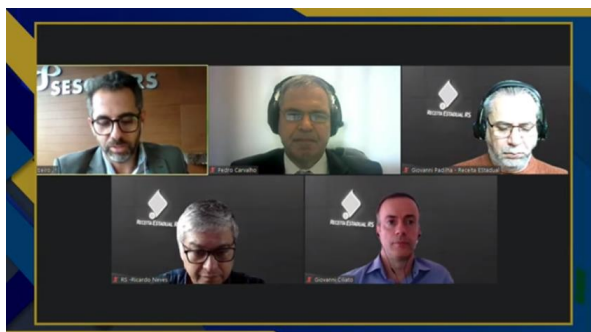
8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Em março, a Receita participou do **evento “Painel Sefaz: Novidades Tributárias”, realizado pelo Sescon RS e pelo CRC RS.**

Entre os assuntos abordados estiveram o Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-ST), a criação do Posto Fiscal Escrita Fiscal Digital (PF-EFD), a inclusão do IPI na Base de Cálculo do ICMS e a Política de Fruição Condicionada de incentivos fiscais no Rio Grande do Sul.



O Receita 2030 foi destaque, em maio, de evento promovido pelo Sescon Serra Gaúcha,

em Caxias do Sul. A iniciativa contou com a participação de contadores da região.



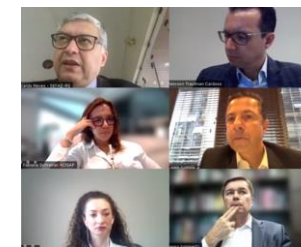
Outros Destaques no Relacionamento com a Sociedade em 2022



A Receita também participou de um

evento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

para debater o recolhimento da Difal, destacando o foco em encontrar soluções para facilitar a vida do empreendedor e melhorar o ambiente de negócios no Rio Grande do Sul.



Programa Nota Fiscal Gaúcha completou 10 anos em 2022

Criado em junho de 2012 por meio da Lei nº 14.020, o **Nota Fiscal Gaúcha (NFG) completou 10 anos de incentivo à cidadania fiscal**. Durante o período, o Programa **já inspirou ao menos seis estados brasileiros a criarem iniciativas semelhantes**.

O objetivo é **estimular o cidadão a pedir nota fiscal em suas compras e gerar conscientização sobre a função social do tributo**.

Na prática, **toda vez que os consumidores incluem o CPF nas notas fiscais na hora da compra, desde que cadastrados no Programa, eles ativam uma série de possibilidades e benefícios**, que repercutem positivamente em caráter individual, para o próprio cidadão, e coletivo, para o Estado, para os municípios, para as entidades, para as empresas e para a sociedade como um todo.

Clique [aqui](#) e cadastre-se



Sorteio comemorativo aos 10 anos foi realizado na AACD

O eixo da solidariedade é um dos mais importantes do Nota Fiscal Gaúcha. Para **celebrar o trabalho da AACD Porto Alegre**, que atende em média 700 pacientes com deficiência física por mês, de todas as faixas etárias, em oito especialidades terapêuticas, duas áreas clínicas, enfermagem e serviço social, **o sorteio mensal do Nota Fiscal Gaúcha comemorativo aos 10 anos foi realizado no local**.

A AACD de Porto Alegre já recebeu mais de R\$ 890 mil em recursos que foram aplicados em melhorias efetivas para o respectivo funcionamento e atuação.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

O NFG fechou o ano de 2022 com

mais de 2,8 milhões de inscritos,

com participantes em todos os municípios gaúchos. Apenas

no ano foram mais de 700 mil novos cadastrados.



Ao longo do período também já foram

repassados mais de R\$ 151 milhões a mais de 3,2 mil entidades sociais

que atuam nas áreas da saúde, da educação, da assistência social e de proteção animal.

Números e Destaques do Nota Fiscal Gaúcha em 2022

Desde sua criação, até o fim de 2022, são

mais de R\$ 77 milhões em prêmios, além de R\$ 85 milhões devolvidos por meio do Receita Certa (cashback gaúcho),

uma das modalidades que mais tem atraído a atenção dos cidadãos.



Siga o Nota Fiscal Gaúcha nas redes sociais!

Facebook @notafiscalgaucha

Instagram @notafiscalgaucha

O Receita da Sorte completou 3 anos

em 2022 distribuindo prêmios diários e instantâneos conforme a leitura do QR Code das Notas Fiscais com CPF. No período foram R\$ 5,7 milhões distribuídos e mais de 27 mil premiações. Nos três anos, mais de 30 milhões de notas fiscais foram escaneadas no aplicativo do NFG.



Os Descontos do Bom Motorista beneficiaram mais de 642 mil veículos no IPVA 2022, totalizando cerca de R\$ 25 milhões.

A iniciativa prevê descontos de 5%, 3% e 1% no valor do IPVA aos cidadãos que pedem a inclusão do CPF nas notas fiscais de suas compras, variando conforme o número de documentos fiscais com CPF no período.

Números e Destaques do Nota Fiscal Gaúcha em 2022

Em 3 anos desde o lançamento, o

aplicativo Menor Preço Gaúcha totalizou mais de 21 milhões de pesquisas realizadas.

As pesquisas mais frequentes são de itens como cerveja, leite e medicamentos, além da gasolina. O app que ajuda a economizar na hora das compras já motivou uma versão nacional (Menor Preço Brasil) e foi tema do Datathon RS, um desafio para explorar o potencial de dados do app, cuja

fase final ocorreu durante o South Summit Brasil 2022.



Pioneirismo do Devolve ICMS avança e ganha destaque em 2022



1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

O ano de 2022 marcou a **consolidação e o aperfeiçoamento do Devolve ICMS, medida pioneira que devolve parte do ICMS pago para famílias de baixa renda** inscritas no Cadastro Único por meio de um cartão bancário retirado no Banrisul, que pode ser utilizado em mais de 140 mil estabelecimentos.

Após o primeiro pagamento ocorrer em dezembro de 2021, abrangendo 432 mil famílias, o **Devolve ICMS realizou quatro pagamentos relativos a 2022** (abril, julho e outubro de 2022 e janeiro de 2023), **totalizando quase R\$ 235 milhões devolvidos ao público-alvo da iniciativa. Na última apuração foram 617 mil famílias beneficiadas.** O Programa também conta com o apoio do Banrisul, Banricard e Procergs.

O **montante distribuído é composto por um valor fixo de R\$ 400 por ano** pago em 4 parcelas trimestrais de R\$ 100 para o cidadão **e, a partir do segundo semestre de 2022, também por um valor variável, conforme a inclusão do CPF na Nota no âmbito do Nota Fiscal Gaúcha.**

Devolve ICMS recebeu premiações em 2022

- O Devolve ICMS foi um dos **vencedores na categoria Destaque Boas Práticas do Prêmio Excelência em Competitividade, promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em setembro de 2022, em São Paulo.** O resultado foi divulgado em cerimônia realizada na sede da B3.



- Além disso, **em novembro, o Programa recebeu o certificado de Menção Honrosa do Prêmio Tributare, na sede da embaixada de Portugal, em Brasília,** que reconheceu boas práticas das administrações públicas tributárias que contribuem para o avanço da justiça fiscal e do relacionamento do Fisco com os contribuintes.
- O assunto também foi **pauta de inúmeros eventos ao longo ano,** como por exemplo o 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores-Fiscais, **e em debates sobre a Reforma Tributária Nacional.**



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Responsabilidade Social: Campanhas mobilizam servidores para fazer o bem ao próximo

Buscando reforçar o espírito solidário, a Receita Estadual promoveu, em 2022, **diversas ações de responsabilidade social**. Nesse contexto, ganharam destaque uma **campanha interna para incentivar a realização de ações de voluntariado** pelas equipes durante o mês de junho e a **campanha “Receita para um Natal Feliz”**, realizada em dezembro.

Campanha de Voluntariado

As **equipes da Receita foram desafiadas a escolher uma causa e um local para executar uma ação**, tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). As iniciativas abrangeram **mais de 15 áreas da Receita**.

Entre os beneficiados estiveram asilos, ONGs, grupos de voluntários, escolas, casa de passagem, moradores de rua, entre outros. Conforme apurado, foram **distribuídos mais de uma tonelada de alimentos, 300 agasalhos, roupas e cobertores, 230 itens de higiene pessoal e R\$ 3 mil**, além das doações de sangue.

Receita para um Natal Feliz

A campanha de doações **arrecadou quase R\$ 11 mil, que foram utilizados para adquirir 149 itens** (bicicletas, patinetes, rollers, skates, bolas, bonecas, carrinhos, chuteira, mochila, etc.) e **concretizar os desejos que constavam em 64 cartinhas de crianças no final de ano**.

Ao todo, foram atendidas 59 cartinhas da campanha “Papai Noel dos Correios” e cinco cartinhas da campanha da Clínica Esperança. As cartinhas selecionadas eram de **municípios como Porto Alegre, Santa Maria, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo**, entre outros.





RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Relacionamento com os municípios

O **relacionamento com os 497 municípios gaúchos é uma ação que proporciona ganhos mútuos**. Por meio da constante troca de informações e da construção de parcerias, a **Receita vem qualificando suas atividades e identificando novas oportunidades de atuação, contribuindo também para uma melhor gestão municipal**.

Apuração do IPM é fundamental para a gestão municipal

De acordo com a Constituição Federal, **25% da arrecadação dos estados com o ICMS, após as devidas destinações constitucionais (ex. FUNDEB), pertencem aos municípios**. O **Índice de Participação dos Municípios (IPM) é o indicador utilizado para a distribuição destes recursos no RS**, determinando a **quota-parte de cada um dos 497 municípios gaúchos sobre as receitas do ICMS**.

O **processo de apuração e de elaboração do Índice é uma importante atividade desenvolvida pela Receita Estadual**, sobretudo devido a sua **representatividade para o orçamento e o planejamento dos municípios**.

Assim, a Instituição **calcula anualmente o IPM** para os repasses das receitas previstas para o ano seguinte, com **base nos parâmetros que fazem parte do cálculo**.



Em 2022, **foi distribuído cerca de R\$ 8,6 bilhões em ICMS**. Os recursos do ICMS representam, em média, **20% do total das receitas dos municípios gaúchos**.

Ao longo do ano a Receita apurou e divulgou o **IPM para o ano de 2023**. Em agosto, foi publicado o **IPM Provisório**, com 392 recursos, dos quais 117 foram deferidos totalmente e 251 parcialmente. A finalização do processo culminou com a publicação do **IPM Definitivo** em dezembro.

O município de **São José do Norte lidera a variação mais positiva (+69,90%)** na comparação do IPM Definitivo de 2023 com o IPM Definitivo de 2022. A **variação mais negativa foi de Gravataí (-24,0%)**. Ao todo, dos 497 municípios do Estado, 375 apresentaram crescimento e 122 registraram diminuição em seus índices.

Analisando as **20 maiores economias do Estado**, conforme o critério de Valor Adicionado Fiscal, três registraram crescimento e 17 apresentaram queda na comparação. As maiores variações positivas são de **Triunfo (+20,72%) e Guaíba (+10,27%)**, enquanto as maiores reduções foram verificadas em **Gravataí (-24,00%) e Santa Cruz do Sul (-13,07%)**.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

O Programa de Integração Tributária (PIT) visa incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo com o Estado

no crescimento da arrecadação do ICMS. A pontuação no PIT corresponde atualmente a 0,5% do IPM e é baseada em 5 grupos de iniciativas. Os procedimentos de apuração são feitos de forma 100% digital.



Outros Destaques no Relacionamento com os Municípios

Em 2022, a Receita implementou um novo procedimento para envio das Comunicação de Verificação de Indícios (CVI).

Com isso, os documentos lavrados pelos municípios passaram a ser enviados através de Protocolo Eletrônico. A CVI está prevista no PIT como um instrumento à disposição dos municípios para comunicar a Receita sobre eventual indício de irregularidade por parte de contribuinte do ICMS.



Em 2022, foram

quase 9 mil gaúchos sensibilizados com capacitação em temas da cidadania fiscal,

abrangendo todas as atividades entre eventos e cursos promovidos pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM).

Ao todo, foram oferecidos

10 cursos em EAD, distribuídos em 28 turmas, e realizados 2 cursos de extensão com universidades

(UFRGS e Univates). Também foram promovidos eventos presenciais e virtuais, como webinários e seminários. A participação dos municípios nas iniciativas valeu pontuação no PIT.



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Exemplos de Ações na Educação Fiscal em 2022



10ª edição do Curso de Extensão na UFRGS

A 10ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania, que comemorou os dez anos do curso, foi realizada entre abril e agosto de 2022, abordando temas de cidadania, tributação, gasto público, orçamento, transparência e controle social. A iniciativa é fruto de parceria com a UFRGS.

2ª edição do Curso de Extensão na Univates

A Universidade do Vale do Taquari (Univates), em parceria com a Receita e o Instituto Justiça Fiscal, promoveu, entre abril e junho, a 2ª edição do Curso de Extensão “Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social”.

Seminário Desafios da Educação Fiscal

Realizado em abril, o evento abordou um novo olhar sobre a educação fiscal no Brasil e foi fruto de iniciativa dos Programas de Educação Fiscal dos Estados do Acre, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Prêmio Nacional de Educação Fiscal bate recorde

A 10ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, edição bienal 2021/22, organizada pela Febrafite, bateu seu recorde histórico de inscrições (354 em 4 categorias: Escolas, Instituições, Imprensa e Tecnologia). O Rio Grande do Sul liderou a lista com 117 inscrições (33% do total).



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Exemplos de Ações na Educação Fiscal em 2022



Cadernos Pedagógicos de Educação Fiscal

Com recursos do Profisco II, foram impressos 53 mil exemplares dos cadernos pedagógicos de educação fiscal “Aprendendo a ser Cidadão” (50% já distribuídos para 105 municípios gaúchos que apresentaram projeto para abordagem em sala de aula). Eles também estão disponíveis para download no site da Receita.

Visita da Equipe de Educação Fiscal do Pará

Com o objetivo de trocar experiências e compartilhar conhecimento, a Receita recebeu, em junho, uma visita técnica da equipe de Educação Fiscal do Pará (PA). A iniciativa foi motivada pelos resultados positivos do Grupo de Educação Fiscal e do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

Curso Gestão das Receitas Municipais

Em dezembro também foi concluída a primeira turma do curso “Gestão das Receitas Municipais”, que capacita servidores fazendários municipais para que possam potencializar os repasses recebidos do Estado e também melhorar o desempenho no PIT.

Formação de Tutores em Educação Fiscal

Outro destaque do ano foi a formação de tutores em Educação Fiscal. 17 tutoras concluíram o curso inédito promovido pela Receita Estadual e formaram 906 professores. O Curso de Formação de Tutores em Educação Fiscal na BNCC iniciou em abril e teve duas etapas: uma teórica e uma prática.

10 Visão de Futuro



RECEITA ESTADUAL RS

1 Sobre o Relatório

2 Mensagem do Subsecretário

3 Receita 2030 e Gestão Estratégica

4 Pessoas e Tecnologia

5 Tributação e Arrecadação

6 Fiscalização Tributária

7 Contencioso e Normativo

8 Cobrança de Devedores

9 Relacionamento com os Públicos

10 Visão de Futuro

Foco em 2023: Visão de Futuro

O grande foco da Receita Estadual para a próxima gestão 2023-2026 é gerar valor público para a sociedade por meio da entrega de uma Receita Digital.

Uma das prioridades será o uso intensivo de dados para planejamento tributário e tomada de decisão, sobretudo através do Programa Receita Orientada a Dados (ROD).



RECEITA
20
30



GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS
NA FAZENDA

Av. Mauá, 1155 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90030-080

receita.fazenda.rs.gov.br